

Funaro condena perdão às dívidas

SÃO PAULO — O ex-Ministro da Fazenda Dilson Funaro manifestou-se ontem, nesta Capital, contra a anistia geral aos micro e pequenos empresários que tomaram empréstimos durante o Plano Cruzado e, com o fim do programa de estabilidade econômica, não conseguiram pagar os seus compromissos, sendo ameaçados de execução judicial:

— O Plano Cruzado foi a salvação de milhares de empresas em 1986, que estavam sendo massacradas com a inflação alta. Então, eu diria que o Plano Cruzado não teve culpa do endividamento desses empresários. A responsabilidade está em não ter havido continuidade na política econômica que nós estávamos adotando no sentido de combater a inflação.

Funaro disse que o Governo José Sarney poderia ter evitado o problema, hoje enfrentado por milhares de empresários que lutam pela anistia das dívidas, se adotasse em janeiro ou fevereiro de 1987 um novo choque econômico, por ele sugerido.



Funaro: "Quería novo choque em 87"

— Eu queria um novo choque. Apresentei a proposta ao Presidente José Sarney, mas ele não aceitou. Em abril, saí do Governo e a inflação estava em alta. Na verdade, depois do Cruzado II o Governo vacilou

muito em tomar medidas eficazes, quando a inflação já tinha disparado. O Plano Bresser só veio em junho, seis meses depois da volta da inflação e durou pouco tempo. Planos de curto prazo jamais resolverão as dificuldades do País — afirmou o ex-Ministro da Fazenda.

Ele ressaltou ter sido o Plano Cruzado responsável pela desconcentração de renda no Brasil, integrando à sociedade de consumo, pela primeira vez em 25 anos, cerca de 40 milhões de pessoas.

— Por isto acho que não se pode culpar o Plano pelas dificuldades enfrentadas pelos empresários, que foram beneficiados pelo Cruzado em 1986 — salientou.

Dilson Funaro revelou que percorrerá o Brasil, a partir de agosto, acompanhado de outras lideranças do Partido da Social Democracia Brasileira, para discutir a adoção de um "Programa de Entendimento Nacional".

— Este programa visa a conseguir o apoio da Nação para medidas que possibilitem reorganizar a economia. Temos fé que o PSDB chegará ao poder e, com respaldo popular, poderemos dar um novo rumo à economia. Este projeto nosso tem em mente um novo choque econômico e a desindexação da economia. Mas só faremos isso com o apoio da Nação, que aguarda medidas efetivas no combate à inflação. Seria algo muito parecido com o que foi feito em Israel, que adotou um plano de choque com o apoio da opinião pública — explicou.

Ele admitiu que, se receber o apoio do PSDB, poderá apresentar-se como candidato à Presidência da República no próximo ano.

— Se o partido me convocar, eu não recusarei. Afinal, na última pesquisa de opinião pública realizada pelo Ibope meu nome apareceu na frente do candidato Leonel Brizola — concluiu.

Cavaco Silva agradece homenagem a Pessoa

O Presidente das Organizações Globo, jornalista Roberto Marinho, recebeu carta do Primeiro-Ministro de Portugal, Cavaco Silva, a propósito do centenário de nascimento do poeta Fernando Pessoa. Com data de 6 deste mês, a carta é a seguinte:

"Gostaria de lhe agradecer a 'cassete' com a gravação do programa de homenagem a Fernando

Pessoa. Creio que terá contribuído não apenas para realçar perante a opinião pública brasileira a figura do grande poeta, como ainda para reforçar os laços que unem Brasil e Portugal e se traduzem, acima de tudo, na história, na língua e na cultura comuns.

"Com os melhores cumprimentos e consideração".

Anistia fiscal vai custar ao Governo CZ\$ 799 bilhões

BRASÍLIA — A anistia fiscal — perdão das multas, juros de mora e outros encargos nos débitos de natureza tributária —, instituída pelo artigo 54 das Disposições Transitórias da nova Constituição, dará um prejuízo de CZ\$ 799 bilhões (o dobro do da anistia às dívidas dos microempresários urbanos e pequenos produtores rurais) ao Governo. Esta informação foi transmitida ontem pelo Secretário da Receita Federal, Reinaldo Mustafa, ao autor da emenda que suprime a anistia, Deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE).

De acordo com estimativas da Receita, caso todos os contribuintes aproveitem a anistia — recolhendo no prazo de 120 dias ou iniciando o pagamento dentro de 90 dias — serão dispensadas multas e juros de mora no valor de CZ\$ 511 bilhões (CZ\$ 73 bilhões relativos a débitos autolancados e CZ\$ 438 bilhões relativos a débitos lançados de ofício).

Mas estes dados referem-se apenas aos processos sob a responsabilidade da Coordenação da Receita, da Secretaria da Receita Federal. Depois dos prazos para a cobrança administrativa, os créditos tributários são inscritos em Dívida Ativa para cobrança judicial, passando para a competência da Procuradoria da Fazenda Nacional. O montante deste débito, segundo Mustafa, é de aproximadamente CZ\$ 600 bilhões. Como o valor das multas, juros e outros encargos representa 48 por cento da dívida, a anistia será aumentada em mais CZ\$ 288 bilhões, totalizando CZ\$ 799 bilhões.



Mustafa: em defesa da supressão

— Este vagão da alegria que instituiu mais um calote transitório silenciosamente pela Constituinte, puxado pela locomotiva da criação do Estado do Tocantins e adocicado pela artigo 55, que introduz o código de defesa do consumidor — afirmou o Deputado Maurílio Ferreira Lima.

Nas votações finais das Disposições Transitórias, as atenções estavam voltadas para a anistia financeira, mas acabou sendo aprovada uma anistia muito mais pesada, acrescenta ele. Maurílio vê dois motivos para a supressão do artigo:

— Em primeiro lugar, o autor da emenda, Senador João Castelo (PDS-MA), é devedor do Imposto de Renda e beneficiário das vantagens contidas na proposta. Além disto, os projetos de anistia criaram um pernicioso clima de calote, uma situação onde o bom pagador transformou-se em otário e a inadimplência em regra geral.

Acordo pode levar juros para Transitórias

BRASÍLIA — O Líder do PMDB, Deputado Nelson Jobim, defenderá junto às demais lideranças que o tabelamento dos juros em 12% ao ano seja remetido para as Disposições Transitórias, para que vigore até a elaboração da Lei do Sistema Financeiro. A proposta consta de emenda do Deputado Paulo Macarini (PMDB-SC) e conta com a simpatia do autor do tabelamento, Deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP).

Depois de uma longa conversa com Jobim, Gasparian saiu tranquilo — mesmo sem a garantia de que o PMDB apoiará a manutenção do texto atual caso não seja firmado um acordo em torno da emenda Macarini.

— Fiquei assustado quando soube que o Jobim estaria disposto a negociar o tabelamento. Mas, embora defenda o artigo tal como está, concordo que um acordo nestas bases não seria de todo ruim — disse Gasparian.

Gasparian acredita que se o limite de 12% for incluído nas Disposições Transitórias seu objetivo será cumprido:

— A elaboração e a aprovação de uma lei para regular o sistema financeiro levará muito tempo. Mesmo que os banqueiros se empenhem em apressar os trabalhos, o colegiado que decidirá sobre a matéria é o mesmo que aprovou minha emenda. Em essência, nada muda.

O tabelamento é um dos pontos mais controvertidos a serem votados no segundo turno. Tanto o Governo quanto os banqueiros estão empenhados em derrubar o artigo, aprovado por ampla maioria no primeiro turno. Há duas emendas contra a proposta: a do Deputado Sotero Cunha (PDC-RJ) — que simplesmente suprime o parágrafo terceiro do Artigo 197 — e a do Deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), que retira o tabelamento do texto permanente, remete a competência de fixação de limite para a legislação ordinária e mantém a previsão do crime de usura.